



ATA ORDINÁRIA Nº 2865/2020

1
2 Aos vinte quatro dias do mês de novembro de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental –
3 CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO
4 CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação
5 da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e
6 Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença
7 dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (1ª
8 Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira
9 Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Artur Ribas
10 (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Cláudio Maineri de Ugalde (Titular), **Fundação**
11 **Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Vaneska Paiva
12 Henrique (2ª Suplente), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**
13 **– SMAMS**; Gisele Coelho Vargas (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento**
14 **Econômico – SMDE**; Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de**
15 **Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Luciane Martins Pinheiro (1ª Suplente),
16 **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO**
17 **GOVERNAMENTAIS**: Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do**
18 **Sul – UFRGS**; Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia**
19 **Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e**
20 **Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense**
21 **dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente),
22 **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAURS**; Rafael Pavan dos Passos (2º
23 Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; e Mark Ramos Kuschick (Titular),
24 **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA**
25 **SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de**
26 **Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de**
27 **Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região**
28 **de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de**
29 **Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular),
30 **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente),
31 **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos,
32 **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e**
33 **Ambiental – OP - HOCDUA**. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Camila Maders Fonseca
34 Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys**
35 **Graphen**. **PAUTA**: 1. **ABERTURA**; 2. **ATAS 2850, 2850A, 2851 E 2852**; 3.
36 **COMUNICAÇÕES**; 3.1 – **EXTERNO: MICHELE RIHAN – RP8**; 4. **ORDEM DO DIA**. Após
37 assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às
38 18h10min. 1. **ABERTURA**. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do**
39 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**: Boa noite, senhores conselheiros,
40 senhoras conselheiras. Fechamos o quorum agora, são 18h10min. Só estamos esperando
41 a liberação para iniciar a reunião no canal do YouTube, que a gente está com um
42 probleminha técnico, não está rodando ali ao vivo no YouTube. Então, a equipe está só
43 tentando ajustar. A gente já inicia a reunião. Boa noite novamente. Só gostaria de informar
44 que a gente está no canal do YouTube, mas não com aquele link que estava previamente
45



46 disponibilizado ali. Porventura, se alguém compartilhou o link com outras pessoas, não vão
47 conseguir acessar, mas está lá no nosso canal, ao vivo, é só entrar. Desejo uma excelente
48 noite de trabalho, seguimos as nossas pautas, reta final de gestão. Gostaria de lembrar
49 que a homenagem ao nosso Conselheiro Paulo Jorge vai ser em uma extraordinária no dia
50 03, aí todos os conselheiros vão ter tempo de se organizar e preparar suas falas. Temos
51 hoje duas comunicações externas para falar, a Michele pela RGP 8 e a Fernanda pelo
52 Atua POA, convidado pelo Conselheiro Felisberto. **2. ATAS 2850, 2850A.** Antes, nós
53 temos no Item 2 disponibilizadas duas atas, a 2850 e 2850A, que estava disponível há
54 tempo e acabamos não votando. Então, temos essas duas atas para deliberar. Consulto se
55 alguma objeção à aprovação das atas 2850 e 2850A? Por favor, se tiver alguma objeção
56 se manifeste no chat. Temos abstenção do Conselheiro Emílio, Conselheiro Mark,
57 Conselheira Tânia, Conselheiro Felisberto, Conselheira Claudete, Conselheiro Rafael
58 Passos. Então, senhores conselheiros, nenhum voto contrário, 6 abstenções.
59 **APROVADAS AS ATAS 2050 E 2850A.** Então, desejando uma excelente noite de trabalho
60 aos senhores conselheiros, que possamos discutir e debater sempre em alto nível,
61 crescendo, trocando e respeitando as posições divergentes que porventura tenhamos.
62 Para o período de Comunicação a Michele, da RGP 8. Na sequência teremos o período de
63 comunicação dos Senhores Conselheiros. Então, por favor, quem tem interesse em fazer o
64 uso do período de comunicação que já se inscreva para a gente registrar aqui. A Michele
65 não se encontra presente. Então, convido a Fernanda Reck, do Atua POA para fazer uso
66 do período de comunicação pelo tempo de 5 minutos. Fernanda, fique à vontade e seja
67 bem-vinda. **Fernanda Reck, Atua POA:** Obrigada. Boa noite. Eu sou Fernanda do MLB e
68 do Atua POA. Eu vim aqui hoje, representando o Atua POA, uma articulação de entidades
69 pelo direito à cidade que nós não podemos concordar com a forma como vem sendo
70 tratada a revisão do nosso Plano Diretor. Primeiro, porque já no começo da pandemia nós
71 buscamos o Ministério Público e colocamos a nossa preocupação com a continuidade dos
72 trabalhos de revisão sem a Participação Popular. A realização desse processo online não
73 permite a participação ampla e efetiva da população, que a gente considera que é
74 obrigatória e fundamental se a gente quiser falar de um processo democrático, que permita
75 a construção do que a gente chama de poder popular, que para nós é fundamental. A
76 gente sabe o que o debate sobre o Plano Diretor representa para a cidade, para as
77 comunidades e para todas as entidades que lutam por uma Porto Alegre mais justa. E o
78 que nós queremos é um processo de revisão onde as comunidades e a sociedade civil
79 organizada possam atuar, propor deliberar, decidir sobre a cidade. Isso representa
80 também tomar de volta o poder de decidir sobre os espaços, porque é a população que
81 constrói todos os dias com o próprio trabalho. E também é uma forma de voltar a tomar
82 decisão sobre as nossas próprias vidas, que é o nosso principal bem que nos foi tirado
83 durante todo esse tempo. E o MP compreendeu que o processo de revisão do Plano
84 Diretor deveria ficar suspenso para garantir que a revisão não acontecesse sem a
85 participação da população. E isso não está sendo respeitado, tem uma série de atividades
86 que estão acontecendo, que deveriam contar com as demandas das comunidades, que
87 não estão participando abertamente do processo. O MP permitiu que atos preparatórios da
88 equipe técnica acontecessem, mas, efetivamente, a gente não viu isso acontecer, o que
89 também é um problema. E a instrução normativa, que foi apresentada, a gente observa
90 que ela retira poder de espaços como o CMDUA, como os conselhos. Esse ainda é outro
91 problema, porque uma instrução normativa não pode diminuir espaços de uma entidade,
92 de um conselho que é dado por lei. Então, a gente traz algumas alterações à instrução



93 normativa para revisão no Plano Diretor, com o objetivo de trazer uma maior abertura, a
94 participação e devolver o espaço dos conselhos, como o CMDUA nesse processo político.
95 A instrução normativa não pode regulamentar com a diminuição da atividade do Conselho,
96 prevista em lei, que é de propor, discutir e deliberar sobre os projetos, os planos de
97 desenvolvimento urbano e ambiental. Isso acontece de fato no artigo 13 do documento. E
98 as atribuições do Conselho são amplas, de monitorar a aplicação da legislação municipal
99 de promover debates, se envolver com as comunidades e isso não pode deixar de
100 acontecer, inclusive, isso tem que ser respeitado e ampliado na nossa visão. E da mesma
101 forma, se existe previsão de atividades regidas pela instrução normativa, essa instrução
102 normativa deveria ter sido formulada e apresentada para avaliação antes do início do
103 processo e no momento que está acontecendo, que é agora. Nós trazemos também outras
104 e mais amplas instâncias, sugestões, espaços de construções mais amplos de instâncias
105 de participação como proposta. A gente observou que a instrução normativa fala muito do
106 corpo técnico, mas tem muitos outros espaços, muitas outras pessoas, muitas outras
107 entidades e principalmente muitas comunidades para participarem desse processo. a
108 gente tem que observar isso e ver como envolver mais as comunidades nesse processo de
109 decisão, que tem que ter um processo de decisão na nossa visão. A gente entende que os
110 espaços de luta das nossas comunidades já dão muitas respostas para o planejamento da
111 cidade e do meio ambiente, ao mesmo tempo em que também demandam respostas de
112 lutas históricas da nossa cidade, que precisam de uma resposta, que são lutas por direito
113 e pelo território. E as propostas de capacitação dentro do Conselho para fortalecer a
114 participação das comunidades mostra isso, mostra a sua intenção. Nós também
115 construímos uma plataforma para a Cidade de Porto Alegre, que vai ser entregue hoje, eu
116 quero enviar por e-mail para vocês junto com as alterações da instrução normativa, que
117 também traz respostas de como nós podemos fazer nesses espaços que a gente compõe
118 um lugar de deliberação e de decisão sobre as demandas da cidade, das comunidades. E
119 com que isso construir espaços de poder de decisão... (Sinalização de tempo esgotado).
120 Enfim, é a conclusão, a gente quer espaços de decisão, de fato e de direito da cidade. É
121 isso que a gente entende e quer que vocês avaliem nas alterações que a gente
122 apresentou e na nossa plataforma também, que a gente quer que vocês leiam e
123 conheçam. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e**
124 **da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Fernanda. Nós temos o Conselheiro Felisberto
125 e Rafael Passos inscritos. Mais algum conselheiro inscrito? Não havendo mais inscritos
126 encerramos a inscrição para o período de Comunicação. Em complementação a tua fala,
127 Fernanda, aqui é um espaço democrático, no qual a gente está aberto a ouvir as
128 manifestações. Importante só ressaltar que o processo de revisão do Plano Diretor tem
129 sido estruturado da forma mais democrática e participativa possível. Conseguimos garantir
130 (Inaudível/interferência no áudio) na nossa instrução normativa que está em debate.
131 Então, quando veio o momento de familiarização a gente recebeu as contribuições de
132 vocês e contemplamos dentro daquilo que a gente entendeu como viável, possível, na
133 nossa proposta de instrução normativa. Os demais pontos em relação ao Ministério
134 Público. Nós sempre conversamos com o Ministério Público, tanto é assim que não foi
135 ingressada nenhuma ação, porque é do papel deles demandar por respostas do poder
136 público, a gente tem respondido a todas as questões, temos bastante tranquilidade no
137 sentido em que estamos respaldados por todos os requisitos legais previstos no estatuto,
138 previsto nos manuais do antigo Ministério da Cidade, previsto na Constituição Federal,
139 previsto no Plano Diretor. A gente está bastante atento a essas exigências para não



140 macular todo o processo. Importante ressaltar que nós estamos na fase inicial,
141 preparatória para o processo que vai se dar ao longo desses próximos 2 anos. Todo o
142 cronograma que a gente está fazendo de discussão aqui neste Conselho, da instrução
143 normativa, dos termos de referência, é fruto inclusive uma conversa que tivemos com o
144 Ministério Público e ajustamos este cronograma de discussão a partir daquela conversa
145 que tivemos recentemente. A suspensão do processo de revisão do plano, inclusive, antes
146 de termos a recomendação do próprio Ministério Público, a gente já tinha formalizado isso
147 no Diário Oficial, no site do Plano Diretor, que entendemos que no início, com a pandemia,
148 não tínhamos a mínima condição de desenvolver qualquer processo participativo. A gente
149 entendia que deveria ficar suspenso até o novo pleito eleitoral, que se dará agora neste
150 final de semana, mas o próprio Ministério Público nos demandou que a gente desse
151 continuidade na deliberação, nos termos de referência. Então, o nosso cronograma que a
152 gente vem fazendo também foi avaliado e discutido com o Ministério Público. a
153 Conselheira Claudete trouxe uma questão do nosso Regimento, se algum conselheiro quer
154 a manifestar com relação à fala. Temos previsão no parágrafo 6º. Alguém inscrito sobre
155 este ponto. Temos o Conselheiro Felisberto. Mais alguém? Conselheiro Rafael. A
156 Claudete quer falar ou só está trazendo? Conselheira Claudete inscrita. Então, pelo
157 período de 1 minuto em relação à manifestação externa. **Felisberto Seabra Luisi**
158 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite. Primeiro reiterar
159 a fala da Fernanda e do Atua POA, do MLB. A nossa preocupação desde o início foi com a
160 questão da participação popular, da cidadania neste processo. A gente entende que a
161 pandemia dificultou um pouco, mas nós tivemos uma produção de oficinas, que não foi
162 socializada conosco, com os fóruns regionais. Nós nos reunimos em 8 regiões e fizemos
163 as reuniões e oficinas, que teve uma produção. Essa produção deveria ter sido devolvida.
164 A gente entende que é importante essa devolução, até para que a gente possa trabalhar
165 com as nossas comunidades e fóruns. O segundo ponto, não sei se este documento foi
166 entregue hoje ou já tinha sido entregue, por que não foi socializado se foi entregue?
167 (Sinalização de tempo esgotado). É importante que seja socializado com os conselheiros.
168 Outra questão fundamental é a participação na discussão da instrução normativa.
169 Principalmente nos termos de referência. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
170 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu lhe passo no período
171 de Comunicação, porque já passou o 1 minuto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região**
172 **de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu finalizo, obrigado. Então, os termos de
173 referência também têm que ser pautados com os fóruns regionais e nós temos uma
174 dificuldade para fazer regiões virtuais com os fóruns. Então, vai ser uma contribuição meio
175 capenga nos termos de referência. Por outro lado, parece que não existe uma
176 preocupação da secretaria com a transparência. Apesar de termos os grupos de trabalho...
177 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
178 **Sustentabilidade - SMAMS:** Caiu a internet. Passo a palavra ao Conselheiro Rafael
179 Passos. Quer fazer uso da comunicação já? **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente),**
180 **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Não, é muito breve, Presidente. Só realmente
181 para manifestar que essa contribuição à instrução normativa, uma contribuição crítica,
182 como deve ser sempre, a crítica sempre entendida como algo positivo mesmo quando traz
183 questionamentos, mesmo visto de forma negativa. Então, o IAB como membro do Atua,
184 desse movimento frente ao debate, mas essa reunião de entidades, movimentos sociais,
185 entidades técnicas, que tem contribuído, feito um debate não só na questão do Plano
186 Diretor, mas para outras questões do direito à cidade. Então, essas contribuições também



187 são contribuições do IAB. Então, seria muito importante que elas fossem de fato
188 encaminhadas aos conselheiros e protocolada na forma como IAB. E acredito que
189 Felisberto ia fazer essa mesma fala de outros conselheiros aqui que se entendem
190 contemplados, representados por essa análise crítica. **Germano Bremm, Presidente e**
191 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado.
192 Lembrando que a gente tem a pauta específica para tratar da instrução normativa e a
193 equipe, Patrícia, Vaneska, pode trazer essas contribuições, porque eu sei que podem
194 também falar e se manifestar, porque houve um momento da formalização, veio por e-mail
195 para a Patrícia e a Vanessa, teve o encaminhamento e a Patrícia contemplou a maioria
196 das pessoas. Acho que pode ser objeto da nossa pauta específica. **Vaneska Paiva**
197 **Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**
198 **– SMAMS:** Claro, e para ficar mais claro de repente a gente pode pontuar onde estão as
199 contribuições, como elas foram pensadas para serem incorporadas, para deixar mais
200 direta essa informação. Primeiro eu vou visualizar para encaminhar por e-mail os últimos
201 relatórios que foram colocados no sistema com relação às oficinas. O Felisberto falou
202 sobre isso. E queria propor que em algum momento a gente pudesse ter uma pauta, para
203 que não fosse simplesmente entregues os informes, que é outra estratégia que a gente
204 utilizou de comunicação dos resultados das oficinas, para o conhecimento dos
205 conselheiros. Então, só deixar para que possa ser deliberada. **Germano Bremm,**
206 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
207 Obrigado pela manifestação. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e**
208 **Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite aos conselheiros. Queria só pontuar três
209 coisas rapidamente. Ratificar a questão da preocupação com a participação virtual. O
210 exemplo foi hoje, que tivemos um link divulgado há 4, 5 dias e quando chegou 18h06min a
211 gente muda o link. Então, a gente não tem realmente uma participação, a gente tem uma
212 restrição, uma dificuldade de acesso. Claro, nós temos as dificuldades da operação. A
213 segunda questão que eu queria colocar é isso, Vaneska, que seja socializado não só as
214 contribuições que o Atua trouxe, mas eu quero saber também as contribuições que o MP
215 trouxe, que outras entidades e órgãos trouxeram, porque a gente basicamente não teve, a
216 gente não recebeu. Essa instrução normativa nos foi apresentada em março e depois de 7
217 meses foi reapresentada para nós no modelo diferente, onde nós temos agora 10 dias
218 uteis para fazer as contribuições. É um tempo muito exíguo para fazermos nossas
219 considerações. Eu não posso deixar de manifestação isso. Outra coisa, a gente não teve
220 também oportunidade que fosse apresentado (Inaudível/interferência no áudio) aqui no
221 Conselho, em nenhum momento. A gente não conhece o que está sendo pensado das
222 agendas de atividades. Ele já foi até revisto em seu plano de trabalho e nós não
223 conhecemos nem o inicial, quanto menos a revisão. Eu acho importante a gente fazer isso,
224 não só lá no MP, porque lá no MP nós colocamos, mas aqui nós não trouxemos essa
225 informação, nós não discutimos, nós não conhecemos. Nós não conhecemos as
226 atividades, nós não conhecemos os insumos, se podemos tirar dúvidas, se não podemos,
227 como que nós podemos? Nós estamos fazendo de uma forma um pouco fragmentada, nós
228 estamos discutindo os termos, os grupos e a instrução normativa que deveria ter vindo
229 antes mesmo dos grupos. Então, às vezes fica difícil esse nosso entendimento. Então,
230 eram só esses pedidos, no sentido de a gente também poder se empoderar para poder
231 contribuir. Eu preciso de informação, participar não é só contribuir, é receber a informação
232 também, a gente precisa disso para poder caminhar junto, participar e ser parte. Então,
233 preciso ser parte, não apenas uma colaboradora que entrega contribuições. Era isso,



234 obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
235 **Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Claudete. São importantes todas as
236 contribuições, manifestações, sempre engrandecem o nosso processo, a partir disso a
237 gente vem sempre aprimorando ele, melhorando. Temos convicção de que estamos no
238 caminho de fato para transformar e melhorar a nossa cidade, seguimos todos os ritos
239 legais necessários, obrigatórios, com ampla participação da sociedade. Este é um
240 processo inicial, ainda vão ter muitas oportunidades, muitos momentos de participação da
241 sociedade. Obrigado, Senhores Conselheiros. Então, na sequência avançamos para o
242 item 4.1 da pauta. **4. ORDEM DO DIA.** Lembrando que a gente está em função das pautas
243 de instrução normativa, termo de referência. Estamos com as pautas bem fechadas até o
244 final do ano final, final de gestão, a gente tem uma série de coisas que temos que avançar.
245 Estamos com poucas pautas de processos. Então, a gente passa para o **ITEM 4.1:**
246 **002333539009, SUDESTE TRANSPORTES COLETIVOS** é o interessado, é um estudo de
247 viabilidade urbanística da Rua Saldanha da Gama. A gente teve o relato pela Conselheira
248 Claudete da ACESSO e Cidadania, um relato desfavorável à aprovação do expediente.
249 Nesse sentido, a gente teve solicitação de vista do Conselheiro Gomes, Conselheiro
250 Felisberto, Conselheiro Darci, Conselheiro Hermes e Conselheiro Dal Molin. Questão de
251 Ordem da Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e**
252 **Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Só um questionamento, Secretário. A ACESSO
253 recebeu um processo distribuído e eu gostaria de entender, porque até já fiz uma visita no
254 local, mas a ACESSO não estava na ordem de distribuição. Até porque a ACESSO já
255 havia recebido um processo do qual ela se declarou impedida no momento. Aí parece que
256 a fila de distribuição voltou para trás, eu acho que essa transparência é necessária
257 também. A gente nunca sabe quais são os processos que estão no Conselho, que
258 chegaram. Por exemplo, lá em março chegaram 35 processos, de lá para cá do 3 ou 4,
259 mas a gente não sabe direito. Então, a gente precisa desse cuidado. Então, eu gostaria de
260 verificar essa questão. Então, gostaria de verificar essa questão desse processo que foi
261 distribuído, sendo que a ACESSO já teria passado dessa ordem de distribuição. **Germano**
262 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**
263 **SMAMS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Naturalmente, como a senhora se declarou
264 impedida para determinado processo, o próximo que se teve foi distribuído para a senhora.
265 O impedimento por algum motivo não roda a vez, não espera rodar todos para voltar, o
266 próximo processo a gente distribui para o conselheiro que declinou. Então, no item 4.1 da
267 pauta a gente teve essas solicitações de relato de vista. Tivemos o parecer contrário da
268 Conselheira Relatora. Consulto se o Conselheiro Gomes quer fazer o relato de vista desse
269 expediente? Eu só vou pedir para a Maria Paula fazer o resumo para nós. **Vaneska Paiva**
270 **Henrique (1ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**
271 **- SMAMS:** Nós estamos fazendo o revezamento da equipe para fazer a apresentação.
272 Então, hoje quem vai apresentar é a Arquiteta Urbanista Maria Paula Regal, formada em
273 2009 pela PUC, pós-graduada em arquitetura da habitação de interesse social em 2014
274 pela mesma universidade. Ela ingressou na Prefeitura Municipal de Porto Alegre em 2002,
275 como assistente administrativa na Secretaria do Planejamento Municipal. Em 2010 fez
276 parte de cadastro diferenciado, responsável pela modelagem do plano de informações da
277 secretaria. Em 2014 passou a integrar a Unidade de Regularização Fundiária. Em 2015, já
278 no cargo de arquiteta, manteve-se na mesma unidade e trabalhou na Comissão Técnica
279 de Análise de Regularização Fundiária dentro do escritório de licenciamento, também
280 integrou a equipe de gestão desenvolvimento territorial na análise de estruturação urbana



281 de empreendimentos, em análise nas comissões. Atualmente ela é integrante da
282 coordenação de planejamento urbano e com certeza uma aquisição muito importante pela
283 experiência que ela traz dentro da Prefeitura e dentro dessa parte da regularização
284 fundiária. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
285 **Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Vaneska. Fico feliz, sempre agregando novos
286 integrantes. Vejo que isso funciona muito bem, a gente conseguiu integrar no Conselho a
287 equipe do planejamento. Vai lá, Maria Paula, tu tens 3 minutos para fazer um resumo para
288 nós. Seja bem-vinda. **Maria Paula, Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da**
289 **Sustentabilidade – SMAMS:** A gente fez uma apresentação mais resumida, visto que
290 esse assunto já passou pelo Conselho. É o Expediente 02333539009. Trata da Sudeste
291 Transportes Coletivos, é a etapa de EVU com o pedido de regularização de atividade
292 especial de garagem geral em terreno com área superior a 1000 m², listado como projeto
293 especial de impacto urbano de 2º grau. O projeto apresentar a proposta de regularização e
294 aumento das edificações pertencentes à empresa, sendo 3921 m² a regularizar e 466 m² a
295 construir, totalizando 4387 m² de área construída total. Este imóvel está localizado na Rua
296 Saldanha da Gama, 555, bairro vila São José, área de ocupação intensiva. Possui duas
297 matrículas, que somadas possuem uma área de 16.961 m², sendo que a área de menor
298 polígono é 16.663 m². Aqui é a localização do imóvel sobre a rota do satélite. (Mostra
299 plantas) No requerimento o responsável técnico solicitou a manutenção dos muros em
300 alvenaria, com altura de 2,80m, a regularização de 2,25m² do Prédio 1. A isenção de recuo
301 para ajardinamento na testada do lote, voltada para a Rua santo Alfredo para viabilizar a
302 regularização nos prédios 1 e 3, e a flexibilização. A aprovação do EVU foi em março de
303 2020 pela CAUGE, em agosto de 2020 tivemos o pedido de diligência pela Conselheira do
304 ACESSO. Em setembro teve retorno da CAUGE com os esclarecimentos técnicos. Teve
305 parecer contrário à aprovação do EVU, indicando o retorno do expediente único à CAUGE
306 para serem feitos os estudos e análise apontadas no parecer. Obrigada. **Germano**
307 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**
308 **SMAMS:** Obrigado pela apresentação. Na sequência eu peço ao Conselheiro Gomes para
309 o relato de vista. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**
310 **Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite. Eu não fiz o relato de vista. Então, eu paço a
311 palavra ao próximo relator de vista. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
312 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Na sequência o
313 Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de**
314 **Planejamento Um – RGP. 1:** Eu não fiz por inscrito, porque eu me confundi nas datas, eu
315 pensei que hoje seria os termos de referência. Então, eu tenho ele pensado, não sei se
316 posso relatar e depois eu passo por escrito. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
317 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Pode ser. **Felisberto**
318 **Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu li
319 atentamente o parecer da Conselheira Claudete, entendo que as diligências, que são
320 pertinentes e tem o problema do ambiental, que é importante a gente resolver a questão
321 do barulho, a questão também do tanque de combustível do terreno. A parte da lavagem
322 dos ônibus, que é perto de moradias. Então, isso não está muito bem esclarecido e não
323 está sanado. Então, portanto, eu entendo que o pedido de diligência da Conselheira
324 Claudete, endosse o parecer da Claudete. Esse é o relato de vista. Obrigado. **Germano**
325 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**
326 **SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Na sequência o Conselheiro Darci. **Darci**



327 **Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e**
328 **Ambiental – ABES/RS:** Boa noite. Eu já mandei o meu parecer de vista logo em seguida,
329 depois. Realmente, faz tempo isso, não sei se foi distribuído para todos ou não, espero
330 que sim, porque seria a praxe do nosso Conselho. E concordo com o parecer da relatora,
331 até fui um pouco mais adiante, tentei procurar colegas que são da área ambiental do
332 Estado e outros profissionais que a gente tem pela ABES. Realmente, é bastante estranha
333 a situação, tendo em vista, inclusive, Felisberto, no processo está escrito a detecção de
334 pluma contaminante no lençol freático. Está escrito isso. Pelo o que eu acompanho, eu
335 tenho 40 anos profissional, mas não todos dedicados à área ambiental, mas pelo que eu
336 acompanho, qualquer outro empreendimento já teria sido interditado. Contaminação,
337 pluma de contaminação de lençol freático, quando a gente está caminhando pela rua e
338 passa, eu noto por questão profissional. A gente passa 10 mil vezes em uma determinada
339 rua, de repente um posto de gasolina aparece fechado, porque exatamente foi constatada
340 contaminação no lençol freático. E há uma atitude imediata que o órgão ambiental deveria
341 ter feito. Então, eu acho que o processo não pode progredir, tem algumas explicações que
342 não estão dadas, como, por exemplo, de uma hora para outra desaparece determinada
343 exigência, mas essa da questão ambiental, a questão do ruído, tem um depoimento e
344 lógico, as medições que são feitas, mas lá alguém em determinado horário, que não é o
345 horário onde os ônibus estão saindo, se eu for nesse local às 10 h da manhã, o barulho
346 deve ser baixíssimo. Agora, se eu for das 5 às 8 horas da manhã, o barulho é bem intenso.
347 Eu já auditei uma empresa de ônibus e o grande problema deles é nos horários de fluxo.
348 Se eu for lá uma vez, pelo o que está entendido ali houve um relato, inclusive, não feito
349 por órgão público, mas por uma empresa contratada sobre a questão de ruídos e esse
350 relato diz que não constataram nenhum barulho. Olha, o dizer que não constatou nenhum
351 barulho, para mim já indica algum problema no próprio relato, porque uma empresa de
352 ônibus onde todos os dias dessa empresa saem 40, 50, 60 ônibus, dizer que não tem
353 problema de barulho, eu acionaria pelos meus fiscais da Prefeitura para ir lá ver no horário
354 que os ônibus estão saindo. Chegar lá no horário em que os ônibus não estão saindo, às
355 10 horas da manhã não tem ônibus saindo, às 10 horas da manhã os ônibus estão todos lá
356 fora. Talvez lá pelas 10 horas e pouquinho estão chegando aqueles que trabalharam no
357 horário de pico da manhã. E quem acompanhou, a gente acompanhou a época da
358 interdição dos ônibus aqui em Porto Alegre, a gente aprendeu esses horários, como
359 funciona e como eu já auditei uma empresa de ônibus também, eu já aprendi esses
360 horários como que funcionam. Tem um horário que é o maior silêncio possível, se eu
361 mando o meu contratado fazer auditoria, fazer perícia no horário que não vai ter barulho,
362 não vai ter barulho. E eu acho impossível uma empresa de ônibus não ter barulho, por
363 mais que ela seja zelosa, não estou mal da empresa, não tenho nenhum senão em relação
364 à empresa, mas em relação ao laudo que está no processo e que detecta que não existe
365 barulho e em cima desse lado a prefeitura aceita sem o mínimo questionamento. E mais a
366 questão especificamente do lençol freático, que está lá citado, o laudo não foi anexado,
367 mas foi detectado contaminação no lençol freático. Qualquer outro posto de gasolina hoje
368 estaria fechado pela fiscalização da FEPAM, que eu acho que essas fiscalizações de
369 posto de gasolina ainda é a FEPAM. Este aí não está fechado não sei porque. Esse
370 processo tem que voltar para ser devidamente instruído pela área ambiental, pela área do
371 planejamento, esclarecendo os pontos duvidosos para que a gente pudesse até vir aqui a
372 votar aqui de novo sem problema nenhum, mas acho que hoje ele não se encontra em
373 condições de ser votado. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**



374 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O Conselheiro Hermes
375 não está hoje, também tinha solicitado vista. Já anexou no SEI manifestando que
376 acompanha o parecer da relatora. Nesse sentido o Conselheiro Dal Molin, mas não está
377 presente também. Só para esclarecer que nós não estamos aqui dando uma licença
378 ambiental para este empreendimento. É um Estudo de Viabilidade Urbanística, a licença
379 ambiental é depois do EVU. Então, o que tramita junto com o EVU é a licença prévia,
380 depois sim tem a análise precisa do órgão ambiental na licença de instalação. Ele não vai
381 poder fazer a instalação ou começar qualquer obra sem antes tramitar e ser avaliado com
382 toda a precisão técnica necessária. Depois da licença de instalação ainda tem a licença de
383 operação, são momentos distintos. É tão importante não confundir, não vamos fazer essa
384 confusão de procedimentos, querer antecipar uma etapa. Então, vamos encaminhar para
385 discussão. Quem está inscrito? Conselheiro Rafael Passos, Conselheiro Felisberto e a
386 Conselheira Claudete por último. A Conselheira Gisele. **Rafael Pavan dos Passos (2º**
387 **Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Na verdade, é um pedido de
388 esclarecimento sobre a última fala sua, no sentido de que se não é nesta etapa que se
389 trata desses impactos, como este colocado pelo Darci, por que temos o estudo anexado ao
390 processo nesta etapa de EVU? Pergunto também, se não é por isso por que está? Quer
391 dizer, o EVU vai acabar permitindo aquela atividade ali, é o isso entre outras coisas que se
392 aprova o EVU, seja de regularização, seja de obra nova. A minha pergunta central é: se
393 não se trata de questões desse nível de impacto de ruído e etc. na fase de EVU, por que
394 consta esse estudo e que aponta de fato? É como colocou o Darci, não é uma questão de
395 crítica a uma empresa em específico, mas é inerente à atividade de um estacionamento de
396 ônibus que vai haver... (Inaudível/interferência no áudio). É inerente desta atividade que
397 haja esse ruído. Se não cabe ao EVU analisar isso, por que esse estudo conta no EVU?
398 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
399 **Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Rafael Passos. Eu já posso
400 esclarecer. Dentro da fase o empreendedor pode complementar com todos os estudos que
401 entende necessário e adequado para conduzir o processo de aprovação. De fato, o
402 município analisa com um olhar bem preciso, é nas etapas específicas previstas na
403 legislação. Todo e qualquer elemento que possa auxiliar no processo de aprovar do
404 urbanístico, é importante que se traga, mas o município vai fazer a análise de
405 contaminação do solo, por isso que talvez não tenha algum contraponto, uma análise
406 específica do estudo. Ele foi juntado ao processo assim como outros. Na sequência o
407 Conselheiro Felisberto. A sua internet está meio ruim. Enquanto isso vou passar a palavra
408 para o Conselheiro Saffer. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos**
409 **Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu queria entender, nessa fase entendo que são
410 feitas as diretrizes. Eu estava tentando olhar no processo, saber se isso que o Darci falou
411 foi uma apresentação do requerente desses relatórios ou se tinha sido alguma solicitação
412 da Secretaria do Meio ambiente. Também entender, se realmente nesta fase nós estamos
413 vendo a questão das diretrizes, se são diretrizes e a gente faz o estudo urbanístico,
414 quando vai para licenciamento ambiental, queria saber se é possível ter uma aprovação no
415 Conselho e a pessoa não conseguir atender ou não tirar a licença ambiental, queria saber
416 se é possível. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento**
417 **Quatro – RGP. 4:** Boa noite a todos. A minha dúvida é o seguinte, concordo com o
418 Conselheiro Rafael e o Conselheiro Darci. Na minha opinião, por que aprovar se já tem
419 elementos que apresentam uma desconformidade, tratando-se principalmente de impacto
420 ambiental? São vários problemas iniciais e bem claros para nós, acho que cabe uma



421 diligência, que, inclusive, a Conselheira Claudete pediu e não foi atendida. Então, eu acho
422 que tem que aprofundar, por que aprovar agora se mais adiante não vai ser aprovado
423 porque já tem essas desconformidades. Deveria ser feita uma diligência, porque vários
424 conselheiros já negaram em seus relatos. Então, por que não pedir uma diligência para se
425 aprofundar um pouco mais isso? Obrigada. **Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretária**
426 **Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Só queria colocar a questão de
427 que os laudos de conformidade de ruídos e outros são assinados por responsáveis
428 técnicos junto ao CREA. Então, é uma coisa difícil de derrubar, já que o responsável,
429 assim como nós somos responsáveis, está assinando. E como disse o Secretário, é bom
430 lembrar que a garagem da Sudeste já existe há muitos anos ali. O que está fazendo? É
431 demolir uma parte, construir outra e regularizar outra parte. Nada vai mudar em relação a
432 impacto, em relação a outras questões levantadas, porque o empreendimento já está
433 instalado, já tem a licença, já está consagrado ali. Obrigada. **Rômulo Krafta (Titular),**
434 **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Boa noite a todos. Eu estava
435 acompanhando a discussão e parece que nós temos uma questão a respeito do
436 significado de palavras que são chaves. É uma questão para entender o que este conselho
437 deve fazer, porque o que está sendo perguntado é se aquela atividade é viável naquele
438 lugar. Não estamos dando uma licença, não estamos aprovando um projeto, nós estamos
439 respondendo se essa atividade neste lugar. A primeira reação foi de dizer “não sei”, mas
440 nós temos que ver os possíveis obstáculos que inviabilizariam a atividade naquele lugar.
441 Então, foram estudados 5 problemas, a altura do muro, o recuo de jardim, o problema das
442 áreas permeáveis, o da contaminação e o do barulho. Então, os dois primeiros são
443 questões formais que decorrem de um item da lei do Plano Diretor, mas que são em última
444 análise arbitrários, porque 2m de muro ou 4m de jardim, não estão ancorados em uma
445 necessidade ou um programa científico mensuráveis, é uma questão de preferência
446 urbanística. O problema da impermeabilização, se eu não estou enganado, é um problema
447 resolvível. Quer dizer, o fato daquele terreno estar todo impermeabilizado impede a
448 operação daquele negócio? Resposta: não, não impede, porque isso é algo fácil de
449 resolver tecnicamente, é só colocar um piso permeável. Então, sobraram as duas
450 questões, que poderiam representar obstáculos intransponíveis à atividade, que é o
451 problema da contaminação e o problema do barulho. O problema da contaminação, eu não
452 sou da área, mas nós temos centenas de postos de gasolina funcionando na cidade, todos
453 operando. Quer dizer, pode haver algum tipo de vazamento, que são questões resolvíveis,
454 senão teríamos a maioria dos postos inviabilizados na cidade. Então, não é um fato
455 inviabilizador da atividade, ele pode representar um problema, mas que é solúvel.
456 (Inaudível/interferência no áudio). Não tem como conter um parâmetro estabelecido, essa
457 questão inviabilizaria a atividade, o laudo sugere que não. Como disse a colega, tem um
458 responsável técnico e aparentemente, a resposta disso é que o nível de barulho está
459 abaixo do parâmetro estabelecido como máximo permitido. Então, qual a resposta que nós
460 precisamos dar? É que a atividade é viável, desde que esses problemas sejam resolvidos,
461 porque são problemas solúveis, são problemas que não impedem a realização da
462 atividade. Então, não estamos tomando a frente desse processo. Como o presidente disse
463 de forma cirúrgica, há instâncias de consideração, o fato de ter uma inviabilidade
464 urbanística não significa que tenha uma licença para construir ou operar, ele vai ter que
465 passar por outras instâncias, resolver os problemas. Então, do ponto de vista urbanístico é
466 viável. Obrigado! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio**
467 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, Professor Rômulo, foi muito feliz nas



468 conclusões e compreensões, que é a competência deste Conselho, analisar a viabilidade,
469 a etapa do licenciamento será subsequente e todas as questões deverão ser atendidas.
470 Conselheira Claudete, por favor. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e**
471 **Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Se o Secretário vai fazer a sua manifestação, eu
472 gostaria que fizesse primeiro, porque o relator fala por último, depois o Secretário fica aqui
473 nos capacitando, esclarecendo e antecipando, inclusive, o seu voto que não é devido.
474 Então, eu gostaria que o Secretário se manifestasse primeiro e eu me manifesto por
475 último. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
476 **Sustentabilidade - SMAMS:** Ok, Conselheira Claudete. O Rômulo foi muito feliz na fala,
477 ele sintetizou todo o pensamento de como funciona a estrutura da administração. Ele
478 compreendeu, aqui nós estamos avaliando a viabilidade urbanística. E ficou respondido
479 pelo Professor Rômulo ao Conselheiro Saffer, nas etapas subsequentes de licenciamento
480 ambiental, se não atendidas todas as questões ambientais verificadas, a contaminação do
481 solo não resolvida, não vai ter o licenciamento subsequente. A viabilidade pode ser
482 avaliada e autorizada pelo município, mas se ele não superar todos os pontos ambientais
483 não vai ser emitido o licenciamento ambiental. Lembrando que este expediente já teve a
484 oportunidade, ele foi diligenciado pela Conselheira, foi em 14/08 e atendida em 02/10,
485 conforme prevê o nosso regimento interno. Portanto, a nossa Conselheira Claudete não se
486 viu satisfeita com a diligência, que é prevista uma única vez. Então, teve a oportunidade
487 de diligenciar e a conselheira tem a liberdade para manifestar o seu voto em
488 contrariedade, entendendo que não é certo, se é adequado ou não o empreendimento no
489 ponto de vista urbanístico na região. Por favor, Conselheira. **Claudete Aires Simas**
490 **(Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** A primeira coisa que
491 eu gostaria de pontuar é este estelionato moral que o Secretário está fazendo, dizendo
492 que eu estou me opondo ao entendimento em momento algum. Eu vejo, por exemplo, em
493 todos os pareceres da CAUGE os técnicos colocam que não há oposição, mas desejam
494 que seja feito algum estudo, mas nenhum momento isso é considerado como negativa ou
495 negação à aprovação do empreendimento. Infelizmente, esse direito, embora reconhecido,
496 tanto no regimento interno, como no PDDUA, ele não é aqui conferido e essa diligência
497 não foi atendida, ela cumpriu seus requisitos e foi aprovado. Aqui mesmo já falamos
498 naquela diligência *fake*, que ela vai e não se cumpre e se dá por cumprida. Então, esse é
499 o primeiro ponto. O segundo, gostaria de lembrar, o Patrick fez uma fala quando da
500 apresentação, no sentido de que a prefeitura está fazendo todos os esforços para
501 regularizar esse empreendimento. Eu queria saber em que os estudos se contrapõem ao
502 item desse público e a viabilidade desse empreendimento. Em quê? No que ele se
503 contrapõe? Estudar, então, é um prejuízo ao interesse público? Ter a precaução é o
504 prejuízo ao interesse público? Nós temos uma área lá contaminada e não existe nenhum
505 monitoramento, nós temos uma reclamação, um inquérito civil aberto lá dizendo que tem
506 ruídos e a prefeitura vai fechar os olhos, fingir que não sei do que está acontecendo? A
507 gente não pode esquecer que além do princípio da legalidade a gente tem que observar
508 também o princípio da eficiência e da eficácia. Nós estamos sendo eficientes e eficazes
509 nesse processo? Onde nós já temos conflitos instaurados. Ah, então, vamos fazer a
510 legalidade! Aqui são etapas! Agora, como eu considero, esta etapa não é neste momento,
511 é no outro, no futuro, mas isso atende efetivamente ao que se dispõe o interesse público,
512 que também deve observar não só a legalidade, mas a eficiência e a eficácia. E terceira
513 questão, o que me preocupa muitas vezes, que já apareceu em outra manifestação, é que
514 a gente parece que está se contrapondo aos técnicos da CAUGE. Eu não vejo nenhum



515 empecilho aos técnicos da CAUGE, deles participarem da votação, mas eu acho que eles
516 deveriam se abster. E quando nós fizemos os questionamentos criar não estamos
517 questionando os técnicos. Eu vi alguém dizer – Ah, nós temos que dar um voto de
518 confiança aos técnicos. Mas nós não estamos desconfiando em nenhum momento dos
519 técnicos! Quem está falando isso? Na verdade, nós estamos é pontuando algumas
520 questões que devem ser analisadas no seu conjunto. Eu pedi estudos e entendo que tem
521 que ter um plano de (Inaudível), tem que ter uma rede de remediação, tem que ter uma
522 avaliação de ruídos e gerenciamento de risco. Então, é necessário fazer. Para que vamos
523 delegar para um segundo momento? Para observar o princípio da legalidade? Que
524 legalidade tacanha é esta que temos que observar? **Germano Bremm, Presidente e**
525 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado,
526 Claudete. É o seu direito à manifestação, voto em contrariedade, este é um Conselho
527 democrático e a gente tem que respeitar os posicionamentos e o Município seguir todos os
528 posicionamentos legais e devidos nos processos. Então, vamos passar a votação, com o
529 PARECER CONTRÁRIO da Conselheira Relatora. Voto contrário ou favorável ao parecer
530 contrário da relatora? **VOTAÇÃO NOMINAL: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular),**
531 **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Contrário o parecer e favorável ao
532 EVU. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e**
533 **Circulação – EPTC:** Contrária. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:**
534 **Contrário. Cláudio Maineri de Ugalde (Titular), Fundação Estadual de Planejamento**
535 **Metropolitano Regional – METROPLAN:** Voto a favor do parecer da relatora e contrário
536 ao EVU. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio**
537 **Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Contrária. **Gisele Coelho Vargas (Titular),**
538 **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Contrária à relatora.
539 **Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e**
540 **Mobilidade Urbana – SMIM:** (Problema no áudio). **Luciane Martins Pinheiro (1ª**
541 **Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Contrária ao
542 parecer. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul –**
543 **UFRGS:** Contrário ao parecer. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira**
544 **de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Parecer de Vista a favor do parecer da
545 relatora. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de**
546 **Arquitetura - AREA:** Favorável ao EVU, contrário ao parecer. **Gabriela da Silva Machado**
547 **(2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:**
548 **Contrária à relatora. Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura**
549 **do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Acompanho a relatora e contra o EVU. **Rafael Pavan**
550 **dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Considerando
551 que há um laudo que não há emissão de som nos períodos diurnos, no vespertino e
552 noturno, eu preciso votar favorável ao parecer, contrário à aprovação do EVU. **Rogério**
553 **Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:**
554 **Favorável ao EVU e não acompanho a relatora. Mark Ramos Kuschick (Titular),**
555 **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Favorável à relatora.
556 **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:**
557 **Favorável à relatora. Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de**
558 **Planejamento Dois – RGP. 2:** Acompanho a relatora. **Jackson Roberto Santa Helena de**
559 **Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite. Eu voto
560 contrário à relatora e a favor do EVU. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de**



561 **Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Tendo em vista todas as reclamações da
562 vizinhança com relação aos ruídos, que são ensurdecedores, a minha tia mora ali perto, eu
563 sou favorável à relatora e contrária ao EVU. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular),**
564 **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Contrário à relatora. **Dinar Melo de**
565 **Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Contrário à
566 relatora. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação,**
567 **Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDUA:** (Não
568 está na sala). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e**
569 **da Sustentabilidade - SMAMS:** Vamos apurar os votos: 13 votos contrários ao parecer da
570 relatora, 10 votos favoráveis ao parecer da relatora (Contando com voto do Conselheiro
571 Hermes que enviou o parecer de vista favorável ao parecer da relatora), nenhuma
572 abstenção. Neste sentido: **REJEITADO O PARECER DA RELATORA.** O processo é
573 redistribuído para uma nova relatoria. Questão de Ordem da Conselheira Claudete.
574 **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO**
575 **CDH:** Se vai ser redistribuído nós temos que dizer para quem vamos distribuir, até pelo
576 princípio da transparência, nós estamos em sessão, quem é que vai ser o novo relator
577 desse processo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio**
578 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vamos pegar a lista. Hoje teve um processo
579 distribuído para a AREA, o próximo é o Conselheiro Jackson, RGP 3. Então, avançamos
580 para o item 4.2 da pauta, está em diligência, ainda aguardando o retorno da CADAP, tinha
581 algumas questões. O Item 4.3 também em diligência. Então, passamos ao 4.6 da pauta...
582 Questão de Ordem. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos**
583 **Humanos - ACESSO CDH:** Eu gostaria de saber quais foram as providências que a
584 Secretaria tomou em função desses expedientes que estão em diligência, porque é comum
585 voltar à pauta ordinária e a gente sempre é ameaçado que nós temos que atender as
586 demandas e as pautas da cidade, de observar os prazos. Então, eu gostaria de saber
587 quais foram as diligências que foram tomadas pela secretaria, porque esses processos
588 estão há vários meses, alguns, inclusive, aguardando em diligência. **Germano Bremm,**
589 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
590 Sim. Obrigado, Conselheira Claudete. Lembrando que quando colocado em diligência o
591 município entende que tem que prestar algum esclarecimento, algum ponto que,
592 porventura esteja divergente, tem um tempo um pouco mais significativo e a gente cobra
593 naturalmente de todos os órgãos, tentar fazer com os processos de segmento na pauta.
594 É a nossa tentativa sempre de exigir que tenha esse retorno. O **ITEM 4.6** da pauta, o
595 interessado é a CIA. ZAFFARI, alteração, inclusão e exclusão de traçado viário. A relatora
596 é a Conselheira da EPTC. Esse processo teve o parecer anexado ao SEI em 25/09,
597 parecer favorável, tivemos a apresentação do parecer favorável e tivemos pedido de
598 diligência pelo Conselheiro Paulo Jorge, que se manifestou no processo, com o voto de
599 vista favorável. Peço que a equipe do planejamento faça um resumo do que se trata para a
600 gente colocar em discussão o presente expediente, depois em votação. **Maria Paula,**
601 **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** É uma
602 solicitação de alteração de traçado viário, SEI 19.0.00092390-0. Aqui são as etapas do
603 processo, a solicitação de alteração de gravames ocorreu no Expediente Único
604 0240012200-2, que ao Loteamento Jardim Itália, que é de propriedade da Cia. Zaffari e a
605 solicitação foi feita pelo responsável técnico. A solicitação do requerente diz respeito à
606 redução do gabarito previsto no Plano Diretor para a Rua Miguel da Cunha Correa, entre a



607 Rua Diretriz 3703, do Loteamento Jardim Itália e a Rua Irmão Inocêncio Luiz. A intenção é
608 que aquele gravame mantivesse a continuidade do gabarito previsto no loteamento, que já
609 foi aprovado e licenciado pela prefeitura. A solicitação tem a ver com a redução no
610 gabarito para que se faça essa continuidade do que já era previsto no projeto que foi
611 aprovado e licenciado. Quanto à localização, as vias se localizam no bairro Jardim Sabará,
612 dentro da Região de Planejamento 4. No mapa à direita a gente tem a identificação das
613 vias, cujo traçados foram revistos. Então, a rua do meio na imagem é a rua objeto da
614 solicitação. Na revisão feita pela equipe foram feitos os estudos da Rua 3204 e da Rua
615 3201. (Mostra mapas). O objetivo seria criar as conexões com a área lindeira ao
616 loteamento. As ruas não tinham continuidade além do limite. Aqui é o parecer técnico da
617 CDU, que propõe a redução do gabarito da Rua Cel. Miguel da Cunha Correa, no trecho
618 da rua compreendida entre a Rua 2703 e (Inaudível) para 19m, ela foi de 25 para 19m.
619 Também a extensão da Rua 3204 até a Rua Pedro de Freitas Filho, com largura de 12,5m,
620 extensão da Rua 3201 até a Rua Salvador (Inaudível), com largura de 12,5m. Exclusão do
621 traçado viário da Rua Q, do Parque Residencial Morumbi. Teve a nota técnica da PGM,
622 que não vislumbra óbice. Também o parecer da EPTC, que corroborou conselheiro ajuste
623 de gravame proposto, indicando que vai qualificar a mobilidade, compatibilizando viário
624 para criar conexões com a área lindeira do loteamento. Por último, como a gente não teve
625 acesso ao processo digitalizado, eu coloquei uma imagem do processo SEI, com a
626 indicação do Conselheiro Paulo Jorge com parecer favorável. É isso. Obrigada. **Germano**
627 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**
628 **SMAMS:** Obrigado, Maria Paula. Nesse sentido, consulto se tem conselheiro inscrito para
629 debater antes da gente votar. Nenhum conselheiro? Então, inicio o processo de votação,
630 PARECER FAVORÁVEL da Conselheira relatora. VOTAÇÃO NOMINAL: **Lisiane Sartori**
631 **Fioravanço Magni (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:**
632 Favorável. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Cláudio Maineri**
633 **de Ugalde (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional –**
634 **METROPLAN:** Eu me abstenho. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria**
635 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Favorável. **Gisele**
636 **Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico –**
637 **SMDE:** Favorável. **Gabriela da Silva Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de**
638 **Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Favorável. **Luciane Martins Pinheiro (1ª**
639 **Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Favorável. **Rômulo**
640 **Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Favorável.
641 **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e**
642 **Ambiental – ABES/RS:** Abstenção. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e**
643 **Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Abstenção. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-**
644 **grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Favorável. **Emílio Merino**
645 **Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:**
646 Favorável. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil –**
647 **IAB/RS:** Favorável. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da**
648 **Construção Civil – SINDUSCON:** Favorável. **Mark Ramos Kuschick (Titular),**
649 **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Contrário. **Felisberto**
650 **Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Contrário.
651 **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP.**
652 **2:** Abstenção. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de**



653 **Planejamento Três – RGP. 3:** Favorável. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de**
654 **Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Contrária, porque essa redução de gravame
655 favorece, na verdade, só o empreendimento e não as moradias e as ruas ali, a população
656 que mora no entorno do empreendimento. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular),**
657 **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Favorável. **Germano Bremm,**
658 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
659 Tivemos o voto favorável do Conselheiro Paulo Jorge anexado a este processo. **Dinar**
660 **Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:**
661 Favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e**
662 **da Sustentabilidade - SMAMS:** Temos 16 votos favoráveis, 3 votos contrários, 4
663 abstenções. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL DA RELATORA.** Então, vamos para
664 o ITEM 4.7 da pauta, que teve a relatoria da ABES, um pedido de diligência, que foi
665 atendido. Hoje seria a apresentação do parecer após o retorno da diligência. Conselheiro
666 Darci, tem condição de fazer esse relato para gente botar em discussão na próxima
667 reunião? Questão de Ordem. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de**
668 **Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, eu ainda estou interessado naquele processo do
669 Internacional, que saiu da pauta e até agora não voltou. Segundo o senhor fez o relato em
670 uma última reunião, que teria havido parecer da PGM. Então, eu gostaria que fosse
671 colocado ao conhecimento dos conselheiros qual foi o parecer da PGM. **Germano**
672 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**
673 **SMAMS:** Ele foi suspenso em função, inclusive, das demandas levantadas por este
674 Conselho. Primeiro era necessário aprovar a lei na Câmara de Vereadores, após o debate,
675 aprovação ou não da lei na Câmara de Vereadores, o processo vai ser devolvido a este
676 Conselho para que se dê continuidade ao rito de debate, discussão e deliberação. Foi
677 nesse sentido, a gente não teve decisão, porque o objeto da dúvida levantada era esse
678 que está sendo discutido na Câmara de Vereadores, ter ou não primeiro a lei. Conselheiro
679 Darci. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia**
680 **Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu estou em dúvida, nós estamos em final de
681 semestre na UFRGS, estamos recebendo muitos e-mails dos alunos para tentar concluir
682 esse semestre com todas as dificuldades de estarmos sempre com ensino à distância, se
683 eu recebi alguma mensagem da secretaria do Conselho me avisando que a vista tinha
684 voltado. Pode ser que eu tenho recebido, mas vou dizer agora que estou sabendo que a
685 diligência voltou. Então, portanto, não tenho condições de dar agora este parecer. Os
686 nossos pedidos de diligências vão e levam meses para recebermos a resposta, nós temos
687 a obrigação de ficar consultando o processo durante o período. Então, se não tem a praxe
688 de a gente receber os avisos, eu pediria à secretaria que passe a ter, porque não temos
689 condições de ficar lá todos os dias entrando para ver se vai ter ou não. Até na ata deve
690 estar lá, mas a gente pega a ata para ver na abertura da reunião. Então, senão temos a
691 praxe de sermos avisados, que sejamos daqui em diante e realmente estou sabendo agora
692 que voltou o processo. Então, semana que vem eu darei o parecer. **Germano Bremm,**
693 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
694 Está bem, Conselheiro, a gente posterga para mais uma semana. Está registrado e a
695 gente posterga. Nesse sentido, o outro expediente está em diligência. O Item 4.9, teria
696 hoje um relato pela Conselheira do ACESSO. Conselheira, tem condições de fazer o
697 relato? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos -**
698 **ACESSO CDH:** Secretário, eu não tenho condições, até porque eu fiz um questionamento



699 anterior e estava aguardando que nesta sessão fosse respondido. Eu queria aproveitar e
700 solicitar que o Secretário fizesse o relato da questão o Internacional, que foi solicitado pelo
701 Felisberto, porque hoje existe parecer, ora não existe parecer. Até me consta que o
702 Secretário em uma reunião que estava nos coordenando aqui, ao mesmo tempo fez uma
703 manifestação na Câmara de Vereadores, a gente nem sabia que ele tinha saído da
704 sessão, mas ele poderia fazer esse relato para nós. Obrigado, Secretário. **Germano**
705 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**
706 **SMAMS:** Eu não entendi, sobre o Item 4.9 a senhora pede mais uma semana, é isso?
707 **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO**
708 **CDH:** Sim, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio**
709 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, fica postergado para a próxima
710 semana. Vamos para o Item 4.10, que a gente tem o relato do Conselheiro Artur.
711 Lembrando que a reunião ainda não terminou, nós vamos iniciar o debate com o relato
712 dele e ficará para a próxima reunião, já avançamos no tempo. **Artur Ribas (Titular),**
713 **Gabinete do Prefeito – GP:** O relato do Processo de EVU, Processo 00234117200-9,
714 Interessado é a MELNICK IVEN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, do
715 empreendimento localizado na Nilo Peçanha 1780. Encaminhado pela CAUGE. É o
716 parecer 107/2020, datado de 23/09/2020, favorável à aprovação do EVU para edificação
717 de mais de 400 vagas de estacionamento, enquadrado como projeto especial de impacto
718 urbano de 2º grau, conforme o art. 61, do inciso I e II e anexo 11.2, fl. 01, do Plano Diretor
719 de Porto Alegre. A proposta de empreendimento protocolada em 08/08/2018, obteve
720 diretrizes da CAUGE no parecer 01/2019, em janeiro de 2019. A presente etapa de EVU
721 foi protocolada em 18/03/2019, obtendo parecer de aprovação junto à CAUGE em
722 setembro de 2020, encaminhado para aprovação deste Conselho, conforme previsto no
723 art. 39, inciso IX do Plano Diretor. (Leitura do processo disponível no SEI). PARECER
724 FINAL: “Dessa maneira, na qualidade de conselheiro deste CMDUA, com atribuição de
725 relator do processo, sou favorável à promoção do EVU, conforme o Parecer 107/2020 da
726 CAUGE”. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
727 **Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Artur. Eu acabei passando direto para
728 o relato e não passei para a equipe do planejamento. Então, eu peço que a equipe possa
729 ilustrar pelo período de 3 minutos. Depois podemos encerrar a nossa reunião. **Maria**
730 **Paula, Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu
731 vou me ater mais a imagens e alguns itens que possam ser mais importantes, para não
732 ficar extenso. É mais para localizar o que foi relatado. É um EVU, as etapas listadas,
733 parecer técnico e adequações. Contrato do estudo de viabilidade urbanística para
734 empreendimento de grande porte, com mais de 400 vagas de estacionamento de veículos,
735 análise obrigatória de projeto especial de impacto urbano de 2º grau e flexibilização de
736 padrões de regime urbanismo. Empreendimento misto formado por 405 vagas para
737 estacionamento de veículos, sendo as de uso externo no subsolo e as de uso privado no
738 térreo. Uma galeria de lojas nas bases de três torres com 52m de altura, sendo uma
739 retangular de conjuntos profissionais e duas com uso residencial e meios de hospedagem.
740 Aqui é a localização na Boa Vista, da RGP 2. Aqui são os pareceres técnicos listados
741 dentro do processo, que trata do histórico. Vou pular a questão do território. Flexibilizaram
742 a altura máxima para 52, onde está a máscara ou platibanda em pele de vidro. Não poderá
743 exceder os 2m da acomodação da cobertura. De acordo com o parecer de 23/09/2008 do
744 GRP/PDDUA, não encontra justifica legal dentro do exposto para flexibilizar a altura
745 máxima, comportando cerca de 2,5m a mais de máscara pretendidos e urbanisticamente a



746 platibanda supracitada, que esconde o nível superior de 4m (Inaudível/interferência no
747 áudio). Eu estou lendo só o grifado para não me estender muito. A coordenação é
748 favorável à aprovação desse EVU, entendendo também se necessário, com base no
749 apontamento da EPTC, da SMDE, que como medida de mitigação para os impactos
750 causados pelo empreendimento a execução da Rua José Firmino Cirne, no trecho
751 compreendido entre a Rua Tomás Gonzaga e Marechal Andrea. Não sei se devo
752 continuar, por causa do tempo. Considerando que as atividades não são passíveis de
753 licença de operação, o empreendimento não será objeto de licença prévia, uma vez que
754 nesse caso o EVU testa a viabilidade urbano ambiental do projeto. (Leitura de pareceres
755 inseridos no SEI). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio
756 Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigada, Maria Paula. Já são 20h21min.
757 Tem uma Questão de Ordem da Conselheira Claudete. Mas consulto se há algum pedido
758 de vista. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos -
759 ACESSO CDH:** Eu pedi várias Questões de Ordem, umas vinte vezes, mas nesses 20
760 minutos que nós passamos três ilegalidades foram cometidas pelo Secretário. Primeiro ele
761 inverteu a ordem, ele ignorou a Questão de Ordem e passou o horário previsto no decreto
762 legal. Então, eu acho que a sociedade não merece apenas ter projetos apresentados em
763 sua formalidade. Nós cumprimos uma formalidade e apresentamos... (Falas
764 concomitantes). Vou chegar lá, Secretário! Secretário, é a minha Questão de Ordem, o
765 senhor, por favor, respeite. Obrigada. Então, nós não podemos ficar apenas na
766 formalidade, que esse processo seja com as devidas vênias, seja reapresentado, onde a
767 gente possa efetivamente, ouvir com cautela a apresentação e o relato do conselheiro em
768 sua ordem, porque o planejamento veio para nos auxiliar também, mas quando interessa
769 ao Secretário é suprimida e a gente vai na correria. Obrigada. e eu desejo sim que seja
770 reapresentado na próxima semana. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal
771 do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigada, Conselheira Claudete. A
772 apresentação é sempre lembrada pela equipe do planejamento e o próprio pedido de
773 vista também é devolvido ao relator para poder retomar a matéria. A gente tem essa
774 previsão regimental, não existe previsão em ordem, em lei, nós criamos essa dinâmica do
775 planejamento de apresentar antes, mas não há problema em o relator fazer a
776 apresentação antes e depois o planejamento, isso não vai influenciar o voto. É uma
777 questão procedimental. E eu peço a gentileza, Conselheira Claudete, eu sei que a senhora
778 tem a maior contrariedade em qualquer processo que tenha na pauta, em qualquer projeto
779 que venha a ser construído nesta cidade. Eu respeito a sua posição, que é contrária a tudo
780 e a todos, mas não use o chat deste conselho como uma extensão dos pensamentos que
781 passam na sua cabeça. A equipe do planejamento faz um trabalho muito técnico e muito
782 esforçado para trazer aqui, para relatar a todos os conselheiros. Então, por favor, é muito
783 desagradável ver a senhora estender a sua cabeça, os pensamentos que passam pela sua
784 cabeça no chat, a todo instante sendo desrespeitosa com as pessoas que aqui trabalham
785 e vem apresentar o fruto do seu trabalho. Obrigada. Peço desculpas por ter que chamar a
786 todo instante atenção da Conselheira Claudete, que tem um pouco de dificuldade de se
787 comportar na sua atitude enquanto conselheira deste CMDUA. Boa noite a todos
788 **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h25min).**

789
790
791
792



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

793
794
795
796
797
798
799

800 **Germano Bremm**

801 **Presidente**

802

803 **Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:**

Secretária Executiva

Relatora